



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

DESPACHO DE HABILITAÇÃO DE INSCRIÇÕES PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O ALCANCE DAS MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS SOBRE O ALCANCE DAS MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015, NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, no uso de suas atribuições regimentais e nos termos da Portaria CNJ nº 213, de 29 de novembro de 2013 e do Ato de Convocação nº 1/2016, de 12 de abril de 2016, torna pública a relação dos habilitados a participar da audiência pública respectiva.

A lista de habilitados foi elaborada considerando o grande número de requerimentos recebidos e a necessidade de garantir a participação equânime das diversas correntes de opiniões relativas aos temas da audiência pública, de modo a preservar a representatividade política e geográfica das entidades e autoridades que atuam nos vários segmentos do Poder Judiciário.

Os habilitados deverão:

- i) Observar o prazo máximo de 10 minutos para manifestação sobre o tema o qual foi habilitado;
- ii) Abordar exclusivamente os temas inseridos nos blocos “comunicações processuais e Diário da Justiça Eletrônico”, “leilão”, “atividade dos peritos”, “honorários periciais”, “demandas repetitivas” e “atualização financeira”. É defeso pronunciar-se sobre tema estranho à audiência;
- iii) Custear suas próprias despesas necessárias à participação na audiência pública;
- iv) Caso forem utilizar arquivos nas exposições, deverão enviá-los até 9 de maio de 2016, para o endereço eletrônico <gab.gtalkmim@cnj.jus.br>.

Os inscritos não habilitados poderão encaminhar suas contribuições para o endereço eletrônico <novocpc.audiencia@cnj.jus.br>, as quais serão juntadas ao processo da audiência pública e disponibilizadas no sítio eletrônico do CNJ.

A audiência pública será realizada no dia 11 de maio de 2016, a partir das 9 horas, no Plenário do Conselho Nacional de Justiça, SEPN Qd. 514, Lote 9, bloco D.

Registre-se que não haverá debate durante a audiência pública.

Informações adicionais poderão ser obtidas no portal do CNJ.

Publique-se.

Brasília, 5 de maio de 2016.

GUSTAVO TADEU ALKMIM

Presidente do Grupo de Trabalho



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**ANEXO DO DESPACHO DE HABILITAÇÃO DE INSCRIÇÕES PARA
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O ALCANCE DAS MODIFICAÇÕES
TRAZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - LEI Nº 13.105,
DE 16 DE MARÇO DE 2015**

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O ALCANCE DAS MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL			
RELAÇÃO DE HABILITADOS			
NOME	INSTITUIÇÃO	ATUAÇÃO	ORDEM
Newton Pereira Ramos Neto	Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE	Juiz Federal	1º
ATIVIDADE DOS PERITOS			
Sandra Maria Batista	Conselho Federal de Contabilidade	Conselheira	2º
Sérgio Gilberto Dienstmann	Confederação Nacional das Profissões Liberais -CNPL	Diretor	3º
Frederico Correia Lima Coelho	Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia	Presidente	4º
Edmilson de França Pires		Engenheiro Químico e de Segurança do Trabalho	5º
Lilian Prado Caldeira	Associação dos Peritos Judiciais, Árbitros, Conciliadores e Mediadores de MG - Aspejudi	Perita contábil	6º
Rômulo Larcher Filgueiras	Conselho Federal de Administração	Representante do Presidente	7º
José Rogério Cruz e Tucci	OAB/SP	Presidente da Comissão de Direito Processual Civil e Diretor da Faculdade de Direito da USP	8º

Paulo Henrique dos Santos Lucon	Instituto Brasileiro de Direito Processual	Presidente	9º
Thiago Brandão de Almeida	Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB	Juiz de Direito vinculado ao TJPI	10º
HONORÁRIOS PERICIAIS			
Sérgio Gilberto Dienstmann	Confederação Nacional das Profissões Liberais -CNPL	Diretor	11º
Arthur Ferreira de Souza Borges	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Chefe do Serviço de Perícias Judiciais	12º
Wilson Lang	Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia	Vice-Presidente de Relações Institucionais	13º
José Rogério Cruz e Tucci	OAB/SP	Presidente da Comissão de Direito Processual Civil e Diretor da Faculdade de Direito da USP	14º
Cíntia Regina Guedes	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro	Defensora Pública	15º
Nelson Agostinho Burille	Associação Sul Riograndense de Engenharia e Segurança do Trabalho - ARES	Vice-Presidente	16º
Pedro Afonso Gomes	SINDECON-SP/CAMAPEC	Presidente do SINDECON-SP/Diretor Executivo da CAMAPEC	17º
Maria Madalena Selvatici Baltazar	Associação Espiritosantense de Advogados Trabalhistas	Presidente	18º
Fábio Antunes da Silva	Associação dos Peritos Judiciais do Estado de SP - APEJESP	Perito Judicial	19º
Antônio Carlos Dolacio	CREA/SP	Conselheiro do CREA/SP	20º
LEILÃO			
Cássio Scarpinella Bueno	Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP	Professor Doutor de Direito Processual Civil / Integrou a Comissão Revisora do Anteprojeto de novo CPC no Senado Federal	21º
Thiago Brandão de Almeida	Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB	Juiz de Direito vinculado ao TJPI	22º
Mauro Marcello da Costa Machado		Leiloeiro Público	23º

Erick Soares Teles	Plataforma Leilão Judicial Eletrônico	Leiloeiro Oficial do DF e do MT	24º
Jonas Rymer	Sindicato dos Leiloeiros do Estado do Rio de Janeiro	1º Secretário do Sindicato	25º
Mouzar Baston Filho	Portal Baston Leilões	Leiloeiro Oficial/Advogado	26º
Helcio Kronberg	Sindicato dos Leiloeiros Públicos Oficiais dos Estados do Paraná e Santa Catarina	Presidente em Exercício	27º
Clécio Oliveira de Carvalho	Associação Brasileira de Leiloeiros Públicos Oficiais Judiciais - ASBRALEJ,	Presidente	28º
DEMANDAS REPETITIVAS			
José Rogério Cruz e Tucci	OAB/SP	Presidente da Comissão de Direito Processual Civil e Diretor da Faculdade de Direito da USP	29º
Franklyn Roger Alves Silva	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro	Defensor Público	30º
Romério do Carmo Cordeiro	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	Juiz Auxiliar da Presidência	31º
Igor Mauler Santiago	Movimento de Defesa da Advocacia - MDA	Conselheiro	32º
Rodrigo da Silva Perez Araújo	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	Juiz substituto	33º
Paulo Henrique dos Santos Lucon	Instituto Brasileiro de Direito Processual	Presidente	34º
COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS			
Cássio Scarpinella Bueno	Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP	Professor Doutor de Direito Processual Civil / Integrou a Comissão Revisora do Anteprojeto de novo CPC no Senado Federal	35º
Regina Mara Sá Palácio Câmara	Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará	Defensora Pública Estadual de Entrância Final	36º
Jorge Fernando Gonçalves da Fonte	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	Desembargador / Presidente do Comitê Gestor Regional do Pje	37º
Ana Amélia Menna Barreto	OAB - RJ	Diretora de Inclusão digital	38º

José Rogério Cruz e Tucci	OAB/SP	Presidente da Comissão de Direito Processual Civil e Diretor da Faculdade de Direito da USP	39º
Alexandre Atheniense	Instituto dos Advogados de Minas Gerais	Diretor de Direito Digital	40º
Estefânia Ferreira de Souza de Viveiros	Conselho Federal da OAB	Presidente da Comissão Especial de Análise da Regulamentação do Novo CPC	41º
Carlos José Santos da Silva	Centro de Estudos das Sociedades de Advogados	Presidente	42º
Ricardo de Carvalho Aprigliano	Associação dos Advogados de São Paulo	Conselheiro	43º
Márcio Kayatt	Associação dos Advogados de São Paulo	Consultor	44º
Ivan Nunes Ferreira	Instituto dos Advogados Brasileiros	Presidente da Comissão de Processo Civil	45º
ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA			
Lilian Prado Caldeira	Associação dos Peritos Judiciais, Árbitros, Conciliadores e Mediadores de MG - Aspejudi	Perita contábil	46º
Fernando Rangel Alvarez dos Santos	Universidade Veiga de Almeida	Professor	47º
Gilberto Melo		Advogado/contador/engenheiro	48º